



A importância da formação superior em Jornalismo na visão dos repórteres da editoria de Polícia dos jornais impressos de Boa Vista¹

Aldenor da Silva PIMENTEL²
Hosana Carolina dos Santos BARRETO³
Faculdades de Educação Montenegro, Boa Vista, RR

RESUMO

Este trabalho pretende verificar a importância que os repórteres da editoria de Polícia dos jornais impressos da cidade de Boa Vista (RR) atribuem à formação acadêmica em Jornalismo. Foram aplicados questionários com dez repórteres e ex-repórteres da editoria de Polícia na cidade. Também foi realizada a avaliação da estrutura curricular dos dois cursos universitários de Jornalismo oferecidos em Roraima. O trabalho tem como embasamento teórico as idéias do educador brasileiro Paulo Freire. Como resultado, verificou-se que não há, nos cursos oferecidos atualmente em Roraima, disciplinas específicas sobre jornalismo criminal. Ainda assim, os repórteres, de modo geral, valorizam a formação superior em Jornalismo, principalmente, segundo eles, por causa do ensino da ética profissional.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo impresso; editoria de Polícia; formação superior

INTRODUÇÃO

O crime sempre foi um tema recorrente no Jornalismo. Mesmo as formas primitivas de jornal já narravam acontecimentos como catástrofes naturais e delitos com violência e morte⁴ (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995; FRANZ AMARAL, 2006, TRAQUINA, 2005).

Como consequência do destaque dado pela imprensa ao crime e à violência, foi criado no auge do jornalismo sensacionalista, no século XIX, um espaço exclusivo para a cobertura desses temas: a editoria de Polícia (BARILLAUD *et al*, 1990; DUBIED; LITS, 1999 *apud* PONTE, 2005).

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 1 a 3 de junho de 2011.

² Graduado em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, pela UFRR. Especialista em Comunicação, Assessoria de Comunicação e Novas Tecnologias, pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão – IBPEX. Estudante de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência no Ensino Superior, pelas Faculdades de Educação Montenegro. Email: aldenor_pimentel@yahoo.com.br.

³ Orientadora do trabalho. Mestre em Química pela UFRR. Email: hosanacarolina@gmail.com.

⁴ Das 25 folhas volantes inglesas, uma forma pré-moderna do jornal, publicadas em 1616, um terço delas foi dedicado a um tipo de acontecimento: assassinatos (TRAQUINA, 2005).



Enquanto os seus produtores dizem noticiar aquilo que as pessoas querem saber, o jornalismo criminal tem historicamente sido acusado de atuar na contramão do interesse público. Algumas das críticas são de superexposição da violência, linguagem apelativa e apologia ao crime (AMARAL, 1986; ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, FRANZ AMARAL, 2006; RAMOS; PAIVA, 2007).

Apesar de diferentes autores indicarem uma tendência à extinção progressiva do jornalismo sensacionalista, o mesmo parece ainda estar longe de desaparecer no Brasil (AMARAL, 1986; FÉDER, 1987; FRANZ AMARAL, 2006; RAMOS; PAIVA, 2007).

Atualmente, existem três jornais impressos diários em Boa Vista: Folha de Boa Vista, Roraima Hoje e Monte Roraima. Todos têm editoria de Polícia. Em trabalho anterior (PIMENTEL, 2009), detectamos que o crime é o principal tema dos jornais impressos locais, tanto na editoria de Polícia, quanto nas outras seções. Manchetes e textos noticiosos sensacionalistas não são difíceis de serem encontrados nesses periódicos.

Com o objetivo de qualificar a mão de obra nos jornais, foram criados a partir do começo do século XX cursos universitários de Jornalismo (FRANZ AMARAL, 2006; NUZZI, 1992).

Em um histórico artigo, publicado originalmente em maio de 1904, na Revista *North American*, Joseph Pulitzer,⁵ defende: “O objetivo desta faculdade será formar melhores jornalistas, que farão melhores jornais, que irão servir melhor à população.” (2009, p. 54)

Essa medida, assim como a conseqüente exigência de formação superior específica para atuação na área, teve, desde lá, oposição de parte da imprensa da época (NUZZI, 1992). Entre as críticas à obrigatoriedade da graduação em Jornalismo para o exercício da profissão estão os seguintes argumentos:

a) “A exigência do diploma de jornalismo para o exercício da profissão se choca com a liberdade de expressão”;

b) “A exigência do diploma é elitista pois restringe a profissão aos que têm acesso à faculdade”;

c) “Jornalismo é uma questão de talento”;

d) “A profissão de jornalista não requer qualificações profissionais específicas. Basta saber escrever. O resto se aprende em poucas semanas de prática”;

⁵ Joseph Pulitzer fundou o periódico *New York World*, na década de 1880, e é um dos pioneiros no meio jornalístico na defesa do ensino acadêmico para a formação de profissionais da imprensa (FRANZ AMARAL, 2006).



e) “O Brasil é o único país do mundo em que existe a exigência do diploma de jornalismo. Nos países desenvolvidos, essa exigência não existe.” (GHEDINI, 2002, p. 42-46).

No Brasil, a obrigatoriedade de formação acadêmica em Jornalismo para o exercício da profissão, prevista em lei desde o fim da década de 70,⁶ foi extinta em 2009 pelo Supremo Tribunal Federal, que a considerou inconstitucional (BRASIL, 1979; NUZZI, 1992; SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 15 jun. 2009).

Atualmente, os repórteres fixos da editoria de Polícia dos três jornais impressos diários de Boa Vista não têm graduação em Jornalismo. Em pesquisa realizada em dois desses jornais,⁷ detectamos que, de modo geral, as notícias analisadas baseiam-se em preconceitos, são superficiais, descontextualizadas, conservadoras e sensacionalistas.⁸

Um baixo nível educacional não pode ser apontado como único motivo causador da cobertura deficiente em questão. Entretanto, acreditamos que uma formação superior de qualidade, que contemple também a apreensão de conhecimento específico para a atuação em jornalismo criminal, melhore substancialmente a cobertura de crimes nos jornais.

Este trabalho propõe-se a verificar se os repórteres que trabalham ou já trabalharam na editoria de jornais impressos reconhecem ou não como importante a formação superior na área para atuar na referida seção jornalística.

Para tanto, foi aplicado questionário por correio eletrônico (*e-mail*)⁹ com perguntas abertas e fechadas com três (3) repórteres que hoje atuam na editoria de Polícia em um dos jornais impressos de Boa Vista e sete (7) ex-repórteres da referida editoria.

A técnica questionário foi escolhida por atingir o maior número de pessoas simultaneamente, dar maior liberdade nas repostas (em razão do anonimato dos

⁶ A regulamentação da profissão de jornalista começa no Brasil com a Lei n. 972, de 17 de outubro de 1969, que permitia que um terço das admissões fosse de profissionais não-diplomados, mas a primeira lei a proibir a contratação de profissionais sem diploma de Jornalismo para funções jornalísticas foi a Lei n. 6.612, de 7 de dezembro de 1978, regulamentada pelo Decreto n. 83.284, publicado em 13 de março de 1979 (BRASIL, 1979; SÁ, 1992; NUZZI, 1992)

⁷ Na época do estudo, os jornais impressos Folha de Boa Vista e Roraima Hoje eram os únicos em circulação em Boa Vista.

⁸ Enquanto os locais citados na maior parte das notícias ficam em bairros de baixa renda de Boa Vista (Zona Oeste), nenhum bairro da Zona Leste (classe média e classe média alta) foi mencionado. Além disso, 62% da cobertura analisada tratava-se predominantemente da narração do crime, apenas 21% davam continuidade a notícias publicadas em edições anteriores, e matérias que situavam os crimes por meio de estatísticas eram minoria. Também foi percebido uso frequente de jargão polialesco e exaltação constante da instituição policial (PIMENTEL, 2009).

⁹ O questionário foi enviado via correio eletrônico para 16 repórteres e ex-repórteres da editoria de Polícia residentes em Boa Vista. Somente dez deles deram retorno.



informantes), facilitar a tabulação dos dados colhidos e obter respostas mais precisas e que materialmente seriam inacessíveis (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Foi realizada ainda pesquisa documental na grade curricular dos dois cursos superiores de Comunicação Social – com habilitação em Jornalismo, oferecidos atualmente no Estado de Roraima.

O objetivo foi analisar como esses cursos universitários contribuem com o preparo para o exercício da profissão de jornalista na editoria de Polícia dos jornais impressos. Foram consultados arquivos escritos primários contemporâneos em suporte eletrônico (*internet*), públicos e particulares (em uma universidade pública e em uma instituição de ensino superior privada) (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Perfil dos repórteres

Dos atuais repórteres da editoria de Polícia a responder ao questionário, dois são acadêmicos de Jornalismo e um não é graduado, tampouco, estudante desse curso universitário.¹⁰

Entre os ex-repórteres, um (1) atuou na referida editoria como graduado em Jornalismo, quatro (4) como acadêmicos, um (1) passou pela editoria tanto como acadêmico quanto como jornalista formado, e um (1), quando trabalhou na editoria, não era graduado em Jornalismo, tampouco, acadêmico.

Considerando que do público em experimento, hoje são quatro (4) graduados, cinco (5) acadêmicos de Jornalismo e um (1) profissional sem formação superior na área que também não é estudante de Jornalismo, percebe-se uma valorização da formação acadêmica na área, o que será debatido mais à frente.

Por ora, pode-se dizer que parte daqueles acadêmicos concluiu o curso e parte dos repórteres que atuavam sem formação superior específica e também não eram estudantes universitários ingressaram em um curso de Jornalismo.

O único profissional não graduado em Jornalismo e não estudante a responder ao questionário atribuiu o fato à falta de tempo, e não a uma eventual ausência de relevância atribuída pelo referido profissional à formação superior específica. Tanto que

¹⁰ Destaca-se que dos três repórteres fixos da editoria de Polícia dos jornais impressos diários de Boa Vista, um é acadêmico de Comunicação Social – com habilitação em Jornalismo, e os outros dois não são nem graduados nem estudantes de Jornalismo. Entretanto, um dos repórteres que se encaixam nesta última situação não deu retorno a esta pesquisa. Isso, porém, não representou grandes prejuízos a este trabalho, uma vez que respondeu ao questionário outro repórter do mesmo veículo, que atua somente aos fins de semana na editoria de Polícia.

o mesmo disse que há dois semestres tenta fazer o curso na faculdade particular da cidade “e as turmas não fecham por causa do desinteresse dos alunos”.

Sobre o período durante o qual trabalham ou trabalharam na editoria de Polícia, os entrevistados deram as respostas a seguir. Destaca-se que metade (5 pessoas) é ou foi repórter da editoria por até dez meses (Figura 1).

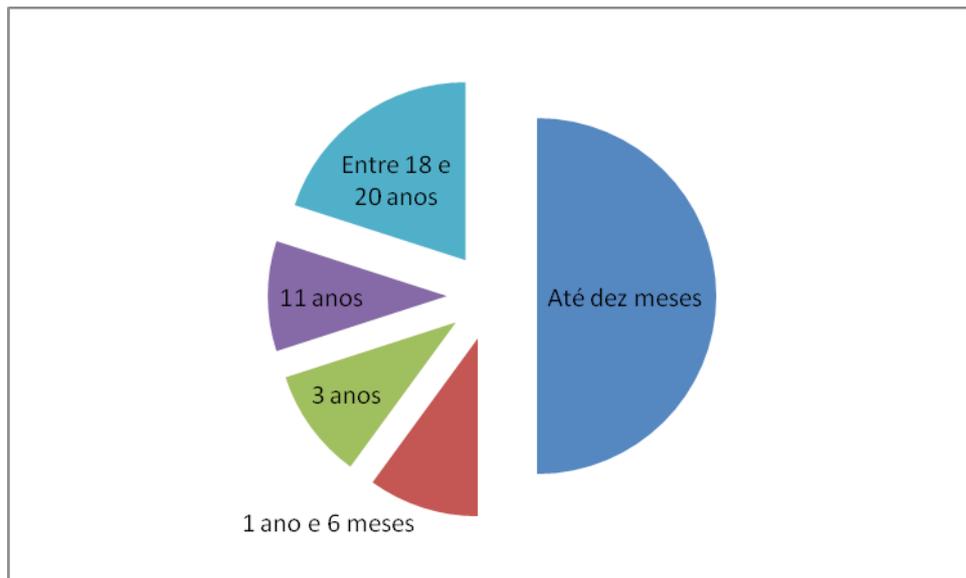


Figura 1 – Período durante o qual os entrevistados atuam ou atuaram na editoria de Polícia.

Outro dado que revela o perfil do público estudado é que três (3) disseram ter começado em jornal impresso na editoria de Polícia, enquanto sete (7) responderam ter começado em outras editorias. São elas: Cidades (8), Política (4), Cultura/Variedades (3), Geral (2), Economia (1) e Esportes (1).

A informação acima reforça a ideia de que a editoria de Polícia está deixando progressivamente de ser um “reduto de focas”, ou seja, de ser a primeira experiência do repórter, uma espécie de estágio. Acredita-se que, aos poucos, a editoria está sendo mais valorizada e considerada “digna” de receber profissionais mais qualificados.

Editoria de Polícia: o que dizem os repórteres

A grande maioria dos repórteres e ex-repórteres afirmou nos questionários que a formação superior em Jornalismo ou a ausência dela fez diferença na atuação deles na editoria de Polícia. Somente uma pessoa respondeu negativamente. A mesma não é acadêmica ou graduada na área.

Das justificativas citadas para a defesa de que estudar ou não em curso superior de Jornalismo faz diferença no dia a dia do repórter da editoria de Polícia, destaca-se a grande referência à ética (50%) (Figura 2).

O resultado é reforçado no argumento de um dos entrevistados que pode ser lido a seguir: “A Editoria de Polícia mexe muito com as emoções do jornalista. Por isso, temos de manter o equilíbrio para não tomarmos partido em certas situações, aí é que entra o bom senso da ética, que aprendemos na Academia.”

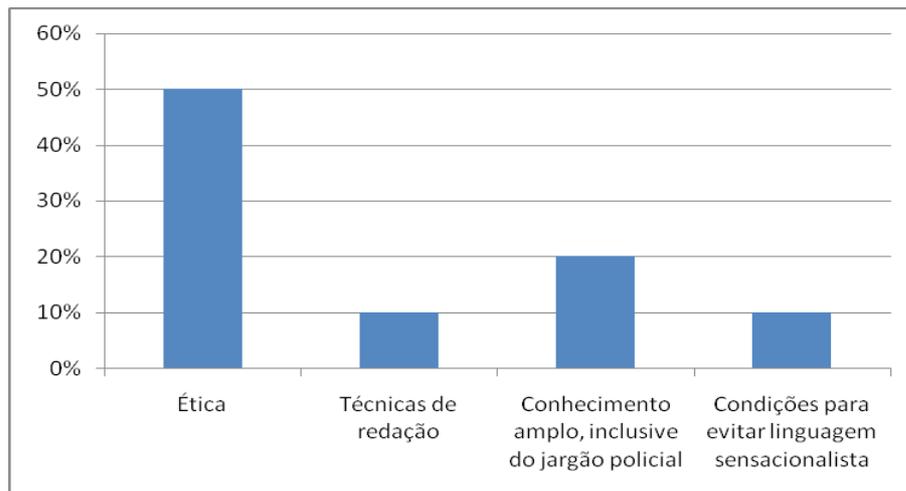


Figura 2 – Motivo para diferenças na atuação na editoria de Polícia causadas pela formação superior em Jornalismo ou a ausência dela, segundo os próprios repórteres.

Merece análise o argumento do profissional que respondeu não fazer diferença em sua atuação na editoria a ausência de formação superior em Jornalismo.

[...] acredito que para fazer um bom trabalho, além de saber escrever e gostar de ler, o profissional deve se identificar com a editoria na qual atua. [...] São necessárias fontes, sangue frio, horas a fio sem dormir e até mesmo sem ter tempo pra os estudos e a própria família. E na sua maioria, mal ter tempo inclusive para a própria alimentação e saúde. Antes de tudo o profissional tem que gostar, pois todos sabemos que em Roraima, a remuneração é bem 'a quem' (*sic*) do que esperamos.

Em outras palavras, o profissional acima defende que para ser um bom repórter da editoria de Polícia basta domínio da técnica redacional (saber escrever) e aptidão pessoal (gostar de ler e se identificar com a editoria). Uma visão “tecnicista”, nas palavras de Freire (2005), e para a qual jornalismo é dom.

A resposta ao argumento do repórter pode ser encontrada em Pulitzer há mais de 100 anos.



O “editor nato” que teve sucesso sem nenhuma preparação especial é, simplesmente, alguém com uma habilidade e aptidão pouco comuns para a profissão que escolheu, com grande poder de concentração e elevada dedicação. [...] Num sentido estrito, ele é um homem educado, que simplesmente substituiu a educação dada por terceiros pelo autodidatismo, superando as deficiências de sua formação pelo sacrifício sem limites de suas forças, energia e prazer. Mesmo neste caso, não seria vantajoso ter um sistema de instrução que o levasse aos mesmos resultados economizando tanto tempo e trabalho? (2009, p. 11)

Com base em Paulo Freire (2000), pode-se, contudo, dizer que não se deve desprezar a leitura de mundo do jornalista sem formação, por se tratar de conhecimento construído a partir do trabalho individual de busca curiosa, ainda que “ingênua”, de compreender a realidade concreta do ser em sua historicidade.

Todavia, o processo educativo formal poderia, se assim o jornalista sem formação quisesse, levá-lo a superar essa maneira “ingênua” de “inteligir o mundo” para uma forma mais crítica, por meio da rigorosidade metódica científica (FREIRE, 2000).

O Jornalismo não foi uma preocupação central nas obras de Freire. Entretanto, suas idéias sobre Educação podem ser aplicadas naquela área de conhecimento. Assim como, para Freire (2002), o educando não é um ser passivo, o leitor/telespectador/ouvinte também constrói e reconstrói a notícia ao lê-la, vê-la ou ouvi-la.

Por isso, Freire (2007) não “diaboliza” os meios de comunicação, mas “ressalta a importância de o receptor - o público - ter uma visão crítica sobre as notícias que lhe chegam” (MEDITSCH; FARACO, 2008, p. 6).

A partir do pensamento de Paulo Freire (2005), acredita-se que a imprensa tem também um papel educativo, que leve à emancipação do cidadão, para que este se assuma sujeito da História. Para isso, o jornalista não pode ser neutro. E ainda que pudesse, não conseguiria sê-lo.

Para Freire, os que se dizem neutros “estão ‘comprometidos’ consigo mesmos, com seus interesses e com os interesses dos grupos aos quais pertencem. E como este não é um compromisso verdadeiro, eles assumem a neutralidade impossível.” (FREIRE, 1979, p. 19).

A partir da concepção de Paulo Freire (2005), refuta-se a educação “adestradora”, aquela que reduz o processo de aprendizagem à mera transferência de técnicas. No caso do jornalismo, a técnicas de redação e apuração de informação.



A formação superior (ou qualquer outra) deve ir além. O futuro jornalista deve ser construído (e se construir) não só para reproduzir métodos já existentes, como para questionar as práticas atuais. Somente, desse modo, ele pode assumir sua “presença interventora no mundo”.

Na educação “problematizadora” de Paulo Freire, por meio do diálogo, o educador, estimula a “curiosidade epistemológica” dos educandos, que “vão se transformando em reais sujeitos da construção e reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo.” (2007, p. 26)

O processo educativo, segundo Freire (2005), conduz à emancipação do educando, que se assume um ser histórico, para transformar a realidade. Nesse modelo pedagógico, não cabe uma formação que treina o educando no uso de destrezas técnicas, indispensáveis à adaptação, à sua sobrevivência.

Todavia, da mesma forma como a educação, para Freire, não é simplesmente reprodutora da ideologia dominante, ela também “não pode tudo”, não é a chave das transformações sociais. Afirma o autor: “O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar.” (2007, p. 112)

Adiante, quando perguntados como os cursos superiores de Jornalismo poderiam contribuir mais com a formação dos futuros repórteres da editoria de Polícia, a ética voltou a ser a mais citada (40% deles se referiram ao tema) (Figura 3). Também merecem destaque as repostas “técnicas de redação e apuração” (30%) e “mudar estrutura curricular (criação de disciplina específica, disciplinas com enfoque na área, noções de Direito)”.

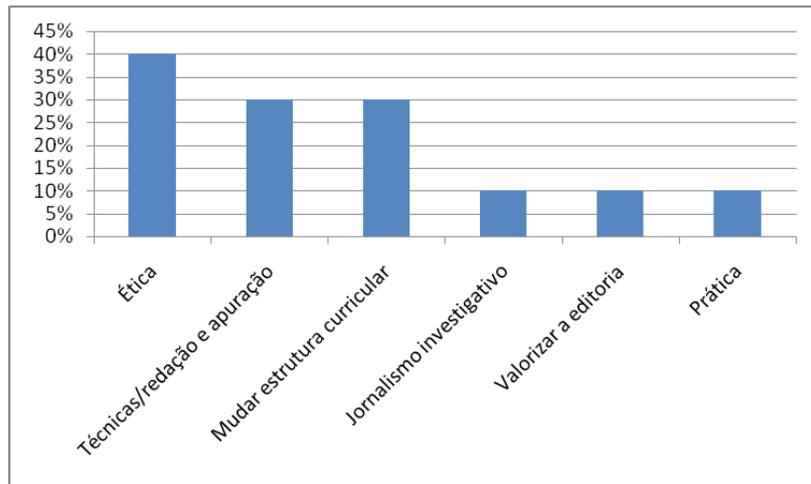


Figura 3 – Na opinião dos repórteres, como os cursos superiores de Jornalismo poderiam contribuir mais com a formação dos futuros repórteres da editoria de Polícia.

Ainda que menos citada, uma resposta chama à atenção:

Os cursos poderiam aceitar que existe uma editoria de Polícia e que ela é tão importante como as editorias de Política e Cidades e assim encontrar maneiras de ensinar aos acadêmicos como proceder diante de um fato de natureza policial.

Em relação às atividades importantes na formação contínua para o bom exercício das atividades do repórter da editoria de Polícia, dessa vez, metade (50%) mencionou a participação em cursos e congressos da área de Direito (Figura 4). Também recebeu maior destaque que as demais a resposta “leitura/ler reportagens e livros da área” (20%).

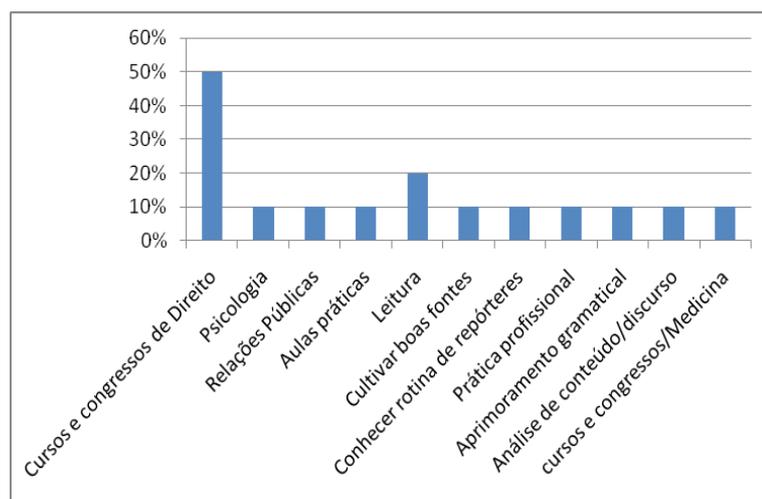


Figura 4 – Atividades que os repórteres acreditam ser importantes na formação contínua para o bom exercício das atividades do repórter da editoria de Polícia.

A análise das repostas a duas perguntas feitas somente a graduados em Jornalismo e acadêmicos - “Na sua opinião, a formação em Jornalismo o(a) deixou preparado(a) para atuar como repórter da editoria de Polícia? Explique.” e “Você estudou na graduação conteúdo especificamente voltado para o jornalismo policial?” – parece revelar uma contradição.

Enquanto em relação à primeira, 67% deles responderam positivamente que a graduação os deixou preparados para trabalhar na editoria de Polícia (Figura 5); em relação à segunda pergunta, 78% disseram não ter estudado no curso conteúdo específico de jornalismo policial¹¹ (Figura 6).

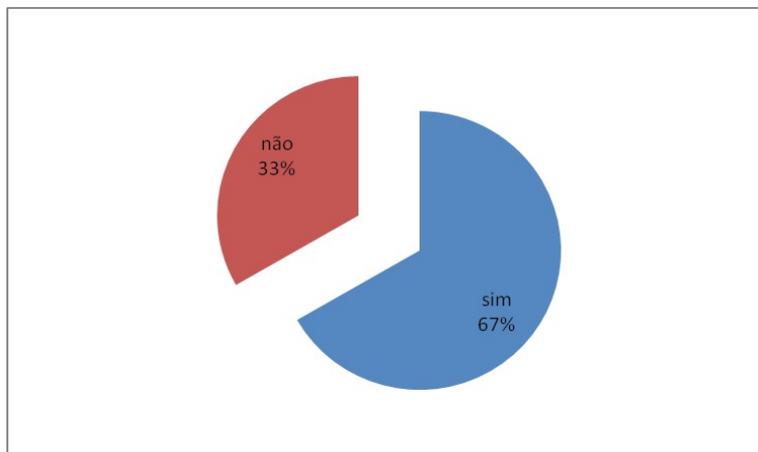


Figura 5 – Graduados e acadêmicos de Jornalismo acreditam que a formação superior específica os deixou preparados para a editoria de Polícia?

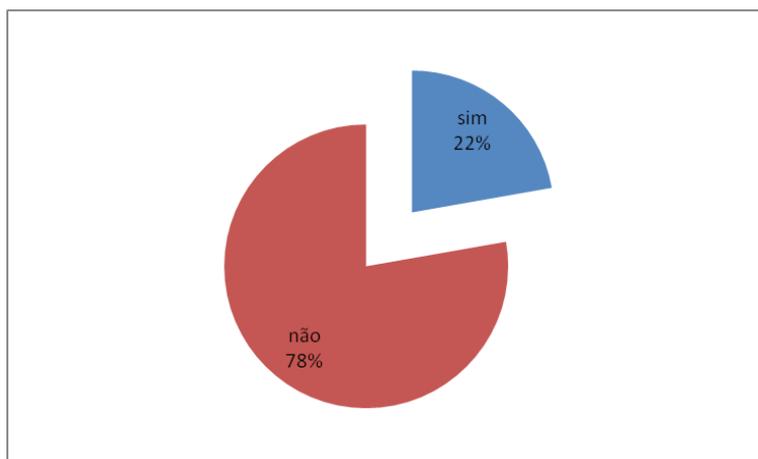


Figura 6 – Graduados e acadêmicos de Jornalismo estudaram na graduação conteúdo específico de jornalismo policial?

¹¹ Somente um profissional, além de declarar ter estudado conteúdo específico de jornalismo policial, mencionou em quais disciplinas. São elas: Ética e Legislação em Jornalismo, e Jornalismo Especializado.



Contudo, as respostas confirmam a primeira hipótese desta pesquisa: apesar de não terem estudado na graduação conteúdo específico de jornalismo criminal, os graduados em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, sentem-se mais bem preparados que os repórteres sem formação superior na área para atuar na editoria de Polícia. O motivo seria a formação geral em Jornalismo que aqueles tiveram, e os demais não.

Quando se confrontam as respostas acima com a grade curricular dos cursos de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, oferecidos em Roraima,¹² confirma-se outra hipótese desta pesquisa: os cursos superiores de Jornalismo em Roraima não oferecem disciplinas específicas para a atuação na editoria de Polícia (FACULDADE ATUAL DA AMAZÔNIA, 2011; UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, 2011).

Paralelamente, acredita-se que, de modo geral, os professores das disciplinas em que poderia ser abordado o referido conteúdo não o estão fazendo ou o fazem de forma deficiente, a ponto de somente 22% dos acadêmicos e jornalistas dizerem ter estudado conteúdo específico de jornalismo policial na graduação (Figura 6).

CONCLUSÃO E SUGESTÕES

Uma constatação preocupante deste trabalho é com o fato de os cursos oferecidos atualmente não terem formação específica para profissionais que atuarão com jornalismo criminal. Entretanto, a inclusão de mais uma disciplina na grade curricular pode não ser solução mais viável.

Diante disso, sugere-se às instituições que oferecem formação superior para jornalistas em Roraima que trabalhem conteúdos relacionados ao jornalismo criminal como temas transversais em sala de aula.

A título de exemplo, citam-se algumas disciplinas em que poderiam ser ministrados esses temas: Ética e Legislação em Jornalismo, Jornalismo Especializado, Telejornalismo, Jornalismo Televisivo, Oficina de Telejornalismo, Radiojornalismo, Jornalismo Radiofônico, Oficina de Radiojornalismo, Produção de Texto, Oficina de Texto e Redação Jornalística.

¹² De todos os graduados e acadêmicos de Jornalismo a responderem ao questionário, somente um fez o curso em outro Estado.



Todavia, a partir de um olhar global sobre a formação do jornalista, que não pode ser puramente técnica, nem totalmente teórica, e por acreditar que o conhecimento de cada uma das disciplinas da grade curricular pode ser útil ao jornalismo criminal, entendemos que, é possível, em todas as disciplinas que o professor demonstre a aplicação daquele conhecimento na cobertura jornalística de crimes.

Destaca-se ainda a importância de os repórteres da editoria de Polícia participarem de atividades de educação complementar, como congressos, simpósios, encontros, *workshops*, minicursos, oficinas e palestras.

Essas atividades poderiam ser oferecidas pelos cursos de Jornalismo, com a parceria dos veículos de imprensa e outras instituições como Poder Judiciário, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Justiça e Cidadania e Organizações Não Governamentais que atuem na área de Direitos Humanos.

Espera-se que os resultados deste trabalho estimulem as instituições e os atores sociais competentes a valorizarem essa formação específica, e que isso provoque a melhoria da cobertura jornalística de crimes, fazendo dela uma ferramenta realmente a serviço do interesse social.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luiz. **Técnica de jornal e periódico**. 3. ed. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1978.

_____. **Jornalismo** - matéria de primeira página. 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

BARILLAUD, M.; BIÈQUE, J.; DAHLET, P. **Le fait divers**. Aspects théoriques, pédagogiques, documentaires. Metz: CIEP, 1990.

BRASIL. Decreto n. 83.284, de 13 de março de 1979. Dá nova regulamentação ao Decreto-Lei n° 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei n° 6.612, de 7 de dezembro de 1978. **Lex**: Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 mar. 1979, retificado no Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 mar. 1979.

DUBIED, A. LITZ, M. **Le fait divers**. Paris: PUF, 1999.



FACULDADE ATUAL DA AMAZÔNIA. **Comunicação Social com habilitação em Jornalismo**. Estrutura curricular. Disponível em: <http://www.faculdadeatual.edu.br/graduacao/jornalismo/index.php?option=com_content&view=article&id=57&Itemid=71>. Acesso em: 2 fev. 2011.

FRANZ AMARAL, Márcia. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Ação cultural para a liberdade: e outros escritos**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FÉDER, João. **Crimes da Comunicação Social**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

GHEDINI, Fred. **Jogo dos sete erros: desmascarando algumas falácias sobre a regulamentação profissional dos jornalistas**. In: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (Org.). **Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade**. 2. ed. Florianópolis: [s.n.], 2002. pp. 42-46.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDITSCH, Eduardo; FARACO, Mariana Bittencourt. **O pensamento de Paulo Freire sobre Jornalismo e Mídia**. Covilhã: BOCC, 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-faraco-mariana-pensamento-paulo-freire.pdf>>. Acesso em 8 jan. 2011.

NUZZI, Erasmo de Freitas. **40 anos de ensino do Jornalismo no Brasil: relato histórico**. In: KUNSCH, Margarida Krohling. **O ensino de comunicação: análises, tendências e perspectivas futuras**. São Paulo, ABECOM/ECA-USP, 1992. pp. 20-39.

PIMENTEL, Aldenor. **Imprensa que sai sangue: a notícia policial nos jornais impressos de Boa Vista**. Curitiba: Facinter, 2009.



PONTE, Cristina. **Para entender as notícias** – linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

PULITZER, Joseph. **A escola de jornalismo na universidade de Columbia** – o poder da opinião pública. Florianópolis: Insular, 2009.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SÁ, Adísia. Regulamentação das profissões: do corporativismo ao compromisso social. In: KUNSCH, Margarida Krohling. **O ensino de comunicação**: análises, tendências e perspectivas futuras. São Paulo, ABECOM/ECA-USP, 1992. pp. 55-58.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Bacharelado em Comunicação Social**.

Currículo novo. Disponível em:

<http://www.ufr.br/prg/grades/BACHARELADO_COMUNICACAO_SOCIAL_%28CURRICULO_NOVO%29.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2011.